



ESTADO DE ALAGOAS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA



RELATÓRIO TRIMESTRAL DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA

2021.2
(abr-jun)



COMPOSIÇÃO - BIÊNIO 2021-2022

2

Corpo Diretivo

- **Conselheiro** Rodrigo Siqueira Cavalcante – **Diretor-Geral da Escola de Contas**
- Kézia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros - **Diretora Técnica da Escola de Contas**
- Maria Raquel Firmino Ramos - **Diretora Técnica Adjunta da Escola de Contas**

Corpo Administrativo

- Gisete de Lima Oliveira - **Coordenadora Pedagógica**
- Lídia Machado Tavares Mendes - **Coordenadora de Ensino e Extensão**
- Caroline Leite de Gusmão Monteiro - **Assessora Especial da Diretoria Técnica da Escola de Contas**
- Nathália Rodrigues de Araújo - **Assessora Especial da Diretoria Técnica da Escola de Contas**
- Nádialine Santos Magalhães - **Assistente Técnica**
- Patrícia Calado da Costa - **Assistente de Conselheiro, em atividade na Escola de Contas**
- Ítalo Henrique de Oliveira Omena - **Assistente de Divulgação**
- Caio Cezar Secundino Acioly Lins - **Estagiário**
- Davi de Aguiar Santos Cavalcante - **Jovem Aprendiz**



Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante - Diretor-Geral da Escola de Contas



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão

Aprimorar e desenvolver habilidades dos servidores do TCE-AL para o exercício do controle externo, assim como orientar os gestores públicos para melhor aplicação dos recursos públicos, além de estimular a participação popular.

Visão

Ser referência regional e nacional nas redes de Escolas de Educação Corporativas relacionadas à gestão pública.

Valores

Transparência;
Comprometimento;
Ética;
Valorização humana;
Profissionalismo;
Sustentabilidade; e,
Eficiência.



APRESENTAÇÃO

4

A Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça - ECPCJAM apresenta seu segundo relatório trimestral de 2021, em cumprimento ao disposto no art. 9º, IX, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

No desempenho de suas funções, e com foco no atendimento da missão e visão da organização, foram estruturados e executados projetos voltados à melhoria interna da instituição, assim como houve a concentração das atividades na realização de ações preventivas e orientadoras destinadas aos três públicos da ECPCJAM (servidores do TCE/AL, jurisdicionados e cidadãos).

Neste relatório foram disponibilizadas informações sobre a atuação da ECPCJAM e os resultados obtidos no segundo trimestre de 2021 e serão apresentadas as ações que estão em andamento e as que estão sendo organizadas para o terceiro trimestre deste ano.

Maceió, 30 de junho de 2021.

Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante

Diretor-Geral da Escola de Contas



Sumário

1. Considerações iniciais	6
2. ECPCJAM em números	6
3. Cursos e eventos realizados	7
4. Materiais de consulta produzidos	12
5. Acordos de cooperação firmados	12
6. Redes / mídias sociais e seus desempenhos	13
7. Ações desenvolvidas para melhoria da gestão organizacional	13
8. Ações referentes às atividades fins e práticas adotadas	18
9. Próximos passos - terceiro trimestre de 2021	21
Anexos	25



1. Considerações iniciais

6

Em razão das circunstâncias afetas à pandemia do coronavírus, a Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça adotou, no segundo trimestre de 2021, o regime híbrido de atividades (presencial e teletrabalho), em consonância com os Atos Normativos nº 65, de 26 de fevereiro de 2021, nº 83, de 8 de março de 2021 e nº 104, de 28 de maio de 2021, todos emitidos pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, por meio dos quais determina “*escalas de trabalho presencial e regime de teletrabalho especial por acesso remoto*”, bem como mediante parâmetros estabelecidos pelo Conselheiro Diretor-Geral da ECPCJAM, Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, conforme aspectos consubstanciados em dados estatísticos fornecidos pelo Comitê de Acompanhamento das medidas de prevenção contra a covid-19, no TCE-AL.

2. ECPCJAM em números

A Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça tem sua criação formalizada pela lei nº 6.420 de 28 de novembro de 2003, nela constam três competências para sua atuação: I – promover e organizar ciclos de conferências, simpósios, seminários, palestras, encontros, estágios e cursos que visem à atualização e o aperfeiçoamento; II – desenvolver atividades de pesquisa, estudos e cursos de extensão, e, III – promover cursos de especialização, em nível de pós-graduação “*latu sensu*”, mediante convênio celebrado com instituição de ensino superior.

A primeira competência citada foi priorizada no segundo trimestre do ano de 2021 para direcionar os projetos da Escola. Entretanto, por conta do estado de pandemia e as medidas restritivas que visam impedir a transmissão da COVID-19, houve a necessidade de remodelar a interação da Escola de Contas com o público e, conseqüentemente, realizar a promoção de cursos de atualização e aperfeiçoamento de maneira online, de modo a evitar o contato presencial entre as pessoas envolvidas nos projetos.

Portanto, as ações desenvolvidas no período de abril a junho deste ano foram, em sua maioria, executadas por intermédio de ferramentas disponíveis na internet e fazendo o uso das redes sociais para aproximação e disseminação de conhecimentos. Abaixo estão demonstrados os resultados da ECPCJAM no segundo trimestre de 2021, os detalhamentos dos números estarão disponíveis nas próximas páginas deste relatório.



6
CURSOS/
EVENTOS
REALIZADOS

56
HORAS DE CURSOS/
EVENTOS

904
CERTIFICADOS
EMITIDOS

17.543
VISUALIZAÇÕES
NO CANAL DA
ECPCJAM NO
YOUTUBE

1
CARTILHA
PRODUZIDA

18
EVENTOS/ CURSOS
RECOMENDADOS

1.430
INSCRITOS NO CANAL
DA ECPCJAM NO
YOUTUBE

1.278
SEGUIDORES NO
INSTAGRAM DA
ESCOLA DE CONTAS

7

3. Cursos e eventos realizados

Entre maio e junho de 2021, a Escola de Contas, por intermédio da sua equipe, se dedicou à organização de seis cursos/eventos que somados alcançaram a marca de 56 horas de capacitações. Três desses eventos tiveram a possibilidade de emissão de certificados aos participantes, totalizando 904 certificados produzidos pela Escola de Contas no período.

O meio mais utilizado para a disseminação dos eventos foi o Youtube, todos os vídeos gravados pelo site foram automaticamente salvos na plataforma do canal da ECPCJAM para que os demais usuários pudessem realizar a consulta aos arquivos quando desejarem. A técnica adotada para a disseminação e consulta das capacitações aparenta ter êxito, é o que demonstra os dados do Youtube: ocorreram 17.543 visualizações aos vídeos divulgados no segundo trimestre de 2021. Nos próximos campos serão detalhados os seis cursos/eventos realizados, em ordem cronológica, e os dezoito cursos divulgados e recomendados pela organização.

Curso/evento realizado: Nova Lei de Licitações e Contratos

Descrição: Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos, em parceria com o Instituto de Direito Administrativo de Alagoas- IDAA, abordando os seguintes temas: "Princípios Gerais, importância do planejamento na administração pública e posicionamentos gerais sobre a nova lei"; "Contratação Direta"; "A Importância da elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e dos Termos de Referência - estruturação com estudos de caso"; "Contratos e Sanções na Lei 14.133/21"; e, "O que mudou nos Tribunais de Contas com a nova Lei de Licitações".



Público-alvo: Jurisdicionados; Servidores do TCE; e, Cidadão.	Data de realização: 26 a 30 de abril, das 14 às 18h.
Quantitativo de horas do curso/ evento: 20 horas.	Plataforma utilizada: Youtube.
Número de certificados emitidos pela ECPCJAM: 535 certificados.	Quantidade de visualizações: 12.940 visualizações no canal da ECPCJAM no Youtube.
Organizações parceiras: Instituto de Direito Administrativo de Alagoas- IDAA, Associação dos Municípios Alagoanos - AMA e ECPCJAM.	Palestrantes/participantes: Maryny Alves Brandão, Ricardo Schneider Rodrigues, Flávia Caroline Fonseca Amorim, Marçal Aranha Falcão e Stella Méro Cavalcante.

Curso/evento realizado: Semana de Valorização da Ética

Descrição: A Escola de Contas realizou, em comemoração ao Dia Nacional da Ética, 2 de maio, a "Semana de Valorização da Ética" TCE/AL, com a finalidade de evidenciar o papel da ética no ambiente público, bem como impulsionar a conscientização. Foi desenvolvida uma série de ações nos dias 3 a 7 de maio, conforme programação abaixo:

03/05 - Apresentação da minuta do Código de ética dos Servidores do TCE/AL ao Presidente;

04/05 - "Escola Recomenda": Divulgação de Cursos e Eventos sobre Ética;

05/05 - Divulgação de Vídeo Institucional sobre Ética (redes sociais);

06/05 - Mesa Virtual: "O Papel da Ética na Credibilidade do Setor Público", no Canal do Youtube da Escola de Contas;

07/05 - Adesivação nas dependências do TCE/AL.

Também foram realizadas: reuniões prévias com autoridades para o engajamento da Campanha; instalação de banner na frente do TCE/AL; e, lançamento da campanha "Ética Forte, Setor Público Valorizado" nos ônibus de Maceió.

Público-alvo: Jurisdicionados; Servidores do TCE; e, Cidadão.	Data de realização: 03 a 07 de maio de 2021. A mesa virtual ocorreu em 06/05 às 10h.
Quantitativo de horas do curso/ evento: Mesa Virtual: "O Papel da Ética na Credibilidade do Setor Público" teve duração de 02 horas.	Plataforma utilizada: Mesa Virtual: "O Papel da Ética na Credibilidade do Setor Público" foi realizada no Canal do Youtube da Escola de Contas.
Número de certificados emitidos pela ECPCJAM: Não houve emissão de certificados pela Escola de Contas para esse evento.	Quantidade de visualizações: 293 visualizações no canal da ECPCJAM no Youtube.



Organizações parceiras: TCE/AL; Ordem dos Advogados do Brasil em Alagoas; Tribunal Regional do Trabalho; Controladoria Geral do Estado de Alagoas; Tribunal de Justiça de Alagoas; Tribunal Regional Eleitoral; IDAA e, ECPCJAM.	Palestrantes/participantes: Mesa virtual "O papel da Ética na Credibilidade do Setor Público": palestra do Prof. Fábio Lins, Dr. Péricles Brandão, Dr. Francisco Noronha, Prof. Manoel Bernardino e Prof. Rodrigo Miranda, sendo mediada pelo Dr. André Granja.
---	---

Curso/evento realizado: Treinamento para o SICAP WEB.	
Descrição: Treinamento do Sistema Integrado de Controle de Auditoria Pública (SICAP Web) para envio das remessas.	
Público-alvo: Jurisdicionados.	Data de realização: 4 a 7 de maio de 2021 com 3 horários para escolha (9h, 13h e 16h).
Quantitativo de horas do curso/ evento: 18 horas.	Plataforma utilizada: Zoom.
Número de certificados emitidos pela ECPCJAM: Não houve emissão de certificados pela Escola de Contas para esse curso.	Quantidade de visualizações: 226 visualizações no canal da ECPCJAM no Youtube. Obs.: Somente um dia dos cursos foi disponibilizado no Canal da ECPCJAM, já que todos os dias do curso apresentaram a mesma temática.
Organizações parceiras: TCE/AL (DTI) e Escola de Contas Públicas José Alfredo de Mendonça.	Palestrantes/participantes: TCE/AL (DTI) e ECPCJAM.

Curso/evento realizado: Compensação Previdenciária	
Descrição: O curso de Compensação Previdenciária teve como foco auxiliar os municípios no equilíbrio das contas, visando o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Os Municípios ao atenderem o preceito constitucional, instituindo o RPPS, geram o direito de se compensar financeiramente com o RGPS.	
Público-alvo: Jurisdicionados.	Data de realização: 18 e 19 maio de 2021, das 14 às 18h.
Quantitativo de horas do curso/ evento: 8 horas.	Plataforma utilizada: Zoom da AMA.



Número de certificados emitidos pela ECPCJAM: Não houve emissão de certificados pela Escola de Contas para esse curso.	Quantidade de visualizações: Dado não mensurado.
Organizações parceiras: TCE/AL, AMA e Escola de Contas Públicas José Alfredo de Mendonça.	Palestrantes/participantes: O curso foi ministrado pela Diretora de Movimentação de Pessoal do TCE/AL, Michele Araújo, e pelo consultor da AMA, Jorival França.

Curso/evento realizado: Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas	
Descrição: O curso foi destinado aos técnicos das escolas estaduais de Alagoas e teve como objetivo promover capacitação sobre programa semelhante ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que envia recursos diretamente às escolas, conferindo responsabilidade e autonomia aos seus respectivos diretores, os quais, junto com professores, pais e alunos, definem como os recursos serão aplicados.	
Público-alvo: Jurisdicionados.	Data de realização: 9 a 11 de junho de 2021, das 9h às 11h.
Quantitativo de horas do curso/ evento: 6 horas.	Plataforma utilizada: Youtube.
Número de certificados emitidos pela ECPCJAM: 289 certificados.	Quantidade de visualizações: 3.659 visualizações no canal da ECPCJAM no Youtube.
Organizações parceiras: TCE/AL, Secretaria de Educação do Governo do Estado de Alagoas, Instituto Rui Barbosa e ECPCJAM.	Palestrantes/participantes: Leomir Araújo, Marinalva Oliveira, Genilma Barros, Jarbas Sena, Adriana Cavalcanti e Dileusa Costa.

Curso/evento realizado: Lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC em Alagoas	
Descrição: Lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção em Alagoas no canal do YouTube e que contou com a presença de autoridades das três esferas de poder do Estado e municípios alagoanos.	
Público-alvo: Jurisdicionados; Servidores do TCE; e, Cidadão.	Data de realização: 16 de junho de 2021, das 10h às 12h.
Quantitativo de horas do curso/ evento: 2 horas.	Plataforma utilizada: Youtube.



Número de certificados emitidos pela ECPCJAM: 80 certificados.	Quantidade de visualizações: 425 visualizações no canal da ECPCJAM no Youtube.
Organizações parceiras: TCE/AL, Focco, CGU, TCU e ECPCJAM.	Palestrantes/participantes: Participaram da abertura do evento o Coordenador do Fórum de Combate à Corrupção em Alagoas e Superintendente da Controladoria-Geral da União Moacir Rodrigues De Oliveira; o Secretário do Tribunal de Contas da União no Estado de Alagoas, Claudivan Da Silva Costa; o Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Conselheiro Fernando Ribeiro Toledo; o Diretor-Geral da Escola de Contas do TCE, Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante; o Secretário Chefe do Gabinete Civil, Fábio Luiz Araújo Lopes de Farias, representando o Governador do Estado de Alagoas, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho; o Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, Marcelo Victor Correia Dos Santos; a Controladora-Geral do Estado, Maria Clara Cavalcante Bugarim; o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Alagoas, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque; o Prefeito da Cidade de Maceió, João Henrique Holanda Caldas; o Presidente da Associação de Municípios Alagoanos, Hugo Wanderley Caju; o Procurador Chefe da Procuradoria Administrativa do Município de Maceió, representando a Associação de Procuradores de Municípios do Estado de Alagoas, Márcio Roberto Torres; o Diretor do Foro Federal em Alagoas, André Luís Maia Tobias Granja; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Nivaldo Barbosa da Silva Júnior; e o Secretário Municipal de Controle Interno de Maceió, José de Barros Lima Neto

Percebendo que outras instituições também adotaram a realização de cursos a distância durante a pandemia, a Escola de Contas optou por mapear capacitações relevantes ao seu público com a finalidade de disseminar as informações e gerar o acesso a diferentes temas. Por intermédio da ação “Escola de Contas Recomenda” no canal do Instagram da ECPCJAM, foram indicados



18 eventos e cursos ao longo desse segundo trimestre, conforme informações presentes no anexo deste relatório.

12

4. Materiais de consulta produzidos

Em abril de 2021 aconteceu o lançamento da cartilha “Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus: Principais medidas estabelecidas na Lei Complementar nº 173/2020”. A cartilha possui o objetivo de facilitar a compreensão, o acesso e a conformidade quanto às principais regras a serem observadas pelo gestor público no primeiro ano de mandato e foi apresentado em 19 de abril de 2021 ao Presidente do TCE/AL, Conselheiro Otávio Lessa.

O arquivo está disponível online em:

<https://www.tceal.tc.br/view/documentos/doc20042021223605000000607f57553b876.pdf>

5. Acordos de cooperação firmados

Desempenhar as atribuições de qualquer instituição oferece grandes desafios que exigem o auxílio de organizações parceiras para aumentar a efetividade das ações, a Escola de Contas não é uma exceção a essa regra. Sabendo da importância de estimular e desenvolver parcerias, a diretoria da ECPCJAM buscou a formalização de colaborações estratégicas que permitissem gerar impactos positivos ao seu público.

Dois Acordos de Cooperação Técnica foram firmados no segundo trimestre. O primeiro deles foi assinado em abril com o Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA, com o objetivo de “promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos” e já rendeu resultados benéficos, o maior evento realizado pela ECPCJAM (Curso da Nova Lei de Licitações e Contratos) somente foi possível por intermédio dessa parceria.

O segundo acordo foi celebrado em maio de 2021 entre a Escola de Contas do Estado de Alagoas, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas, com o objetivo de “promover intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a área de administração geral, atividades fins e meio”. Ainda, na oportunidade,



houve a instituição da Comissão Especial destinada à criação do Memorial do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

13

6. Redes / mídias sociais e seus desempenhos

As redes e mídias sociais serviram como meios de aproximação da Escola de Contas com seu público, todos os cursos e capacitações são divulgados nesses locais. Aumentar a visibilidade dessas páginas e divulgar as atividades da ECPCJAM passou a ser uma das estratégias para disseminar os eventos desenvolvidos e alcançar uma maior parcela do público.

No primeiro trimestre, o engajamento nos meios de comunicação apresentou bons números e teve crescimento. Essa expansão permaneceu no segundo trimestre de 2021, o Youtube da Escola de Contas tinha 11 inscritos em janeiro de 2021, passando para 414 seguidores em março e 1.430 inscritos em junho do mesmo ano, triplicando o número de pessoas que passaram a acompanhar e participar das ações da Escola de Contas. O acompanhamento da página do Instagram também teve aumento de participantes, obtendo 1.278 seguidores em junho.

7. Ações desenvolvidas para melhoria da gestão organizacional

7.1 Da edição das minutas do Regimento Interno e da Lei de reestruturação da ECPCJAM

Houve a estruturação e execução de noventa por cento das fases dos planos de ação (incluindo pesquisas normativas e jurisprudenciais comparativas, reprodução, supressão e adição de textos, debates iniciais e finalização dos primeiros arquivos) referentes às minutas tanto do Regimento Interno, como da Lei de reestruturação da ECPCJAM.

Os documentos foram elaborados pela Diretora Técnica da ECPCJAM, Kézia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros e entregues ao Diretor-Geral da ECPCJAM, Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante em 18 de fevereiro do ano em curso, cujas alterações na minuta de reestruturação da lei se deram em 17 de junho deste ano, em reunião.



7.2 Da iniciativa de pleito de apoio ao Instituto Rui Barbosa e da formatação dos correspondentes processos de solicitação

14

A partir do segundo trimestre deste ano, foi adotada a prática de solicitação de apoio ao Instituto Rui Barbosa, para fins de operacionalização de cursos e eventos atinentes às atividades fins da ECPCJAM, bem como a formatação dos respectivos documentos de instrumentalização os quais foram prontamente acatados pelo IRB (amostra em anexo); circunstância embasada no Acordo de Cooperação nº 002/2017, celebrado entre o TCE-AL e o Instituto Rui Barbosa, o FNDE e a ATRICON, cuja prorrogação fora disponibilizada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 13 de abril de 2021, outrossim, à luz dos artigos 2º, I e 4º, III do Estatuto do IRB e considerando a devida quitação da cota anual de contribuição, nos termos do artigo 5º, IV3 do mencionado Estatuto.

Tal medida justifica-se no fato de que, como é sabido, a Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça, estabelecida pela lei estadual nº 6.420 de 28 de novembro de 2003 e regulamentada pela Resolução Normativa nº 08/06 (Regimento Interno), inobstante tenha natureza jurídica de órgão autônomo, sob autonomias administrativas financeira, efetivamente, a sua estrutura funcional e patrimonial advém do Tribunal de Contas, ao passo que os eventos até então realizados, pela atual gestão, foram todos gratuitos, com participantes convidados, sem remuneração e contando com o irrestrito e indispensável apoio de setores estratégicos do Tribunal de Contas.

Nesse particular, registre-se, em observância aos ditames dos princípios da transparência e da publicidade dos atos da administração pública, que, desde a assunção desta gestão, não houve qualquer movimentação de gastos financeiros atinentes à pessoa jurídica que compõe esta Escola de Contas, consoante se depreende dos relatórios financeiros e contábeis disponibilizados no sítio eletrônico desta Escola.

7.3 Da estruturação das atribuições da ECPCJAM

Restou sedimentado estudo com a finalidade formalizar uma divisão interna de atribuições, a fim de otimizar a produção de resultados pela equipe que compõe a Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça, observadas as determinações dos



artigos 11¹ e seguintes da lei nº 6.161/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública do estado de Alagoas, os quais dispõem sobre os aspectos de delegação de competência.

Isso considerando que as atribuições dos seus colaboradores estão distribuídas de modo que não correspondem, inteiramente, à realidade das demandas efetivamente existentes no seu quadro, haja vista que, nos termos da Resolução Normativa nº 08/2006 TCE/AL, que trata do Regimento Interno da Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça – ECPCJAM, elaborado em consonância com a lei nº 6.420, de 28 de novembro de 2003, que criou a ECPCJAM, a sua estrutura organizacional se dá nos seguintes moldes, à luz do artigo 5^o da referida lei: (1) diretoria geral, (2) coordenadoria geral, que se subdivide em (a) secretaria geral e (b) divisão administrativa e financeira e cada um destes setores corresponde um cargo.

Tal medida se deu para conferir efetividade às atividades da Escola enquanto não se aprova o novo regimento interno, bem como a lei de sua reestruturação.

¹Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

- I – a edição de atos de caráter normativo;
- II – a decisão de recursos administrativos;
- III – as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

² Art. 5º - A estrutura da Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça, será integrada pelos seguintes setores.

- I – Diretoria Geral, dirigida por um Conselheiro, indicado na forma do artigo anterior,
- II – Coordenadoria Geral,
- III – Secretaria, IV – Divisão de Ensino, Pesquisa e Extensão, e
- V – Divisão Administrativa e Financeira.



O estudo foi realizado pela Diretora Técnica da ECPCJAM, Kézia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros e entregue ao Diretor-Geral da ECPCJAM, Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante em 19 de abril do ano em curso.

7.4 Da Minuta de ato normativo para otimização dos processos que tratem sobre termos de cooperação

Elaboração de ementa de provimento, que trata sobre o §5º, do artigo 53, da lei nº 14.133/2021 (nova lei de licitações e contratos), sobre a dispensa de envio prévio de termos de cooperação e congêneres ao setor jurídico, quando se tratarem de avenças gratuitas, com a finalidade de otimização das fases de andamento processual, visando ao resultado de forma mais célere.

Essa iniciativa se consubstancia nos termos do parágrafo único do artigo 11, da mencionada lei o qual preceitua que dentre as competências da alta administração da entidade, estão a responsabilidade pela governança das contratações, incluindo, neste aspecto, o dever de implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos, para direcionar as contratações, com o intuito promover um ambiente íntegro e confiável, a fim de promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

O documento foi produzido pela Diretora Técnica da ECPCJAM, Kézia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros e entregue ao Diretor-Geral da ECPCJAM, Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante em 25 de abril do ano em curso.

7.5 Da implementação de Termos de Adesão Voluntária aos Termos de Cooperação

Foram celebrados Termo de Adesão aos Acordos de Cooperação Técnica com a finalidade de Prestação de Serviços Voluntários, em conformidade com a lei nº 9.608/98, seguindo-se a tônica da matriz de riscos e da consolidação da segurança jurídica no tocante ao cumprimento das obrigações decorrentes do acordo de cooperação correspondente.

7.6 Manifestação de interesse de filiação à ABEL

Procedeu-se à manifestação formal de interesse desta Escola de Contas para se filiar à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, em razão dos benefícios



que a referida entidade pode trazer para o TCE-AL por meio da ECPCJAM, os quais já se consagraram nacionalmente ao longo da história de referida entidade, tendo-se a título de exemplo: a promoção e o incentivo de intercâmbio de informações técnicas, jurídicas, financeiras e de diversos interesses comuns aos seus filiados, o levantamento, a manutenção e a disponibilização de informações atualizadas sobre programas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelas Escolas do Legislativo e de Contas de todo o país, bem como a divulgação e o fortalecimento de programas de educação para cidadania desenvolvidos pelas Escolas, como forma de apoio às comunidades e à sociedade civil, dentre outros.

17

7.7 Da definição das atribuições e avaliação interna dos eventos da Escola de Contas

Em busca do aperfeiçoamento na organização dos eventos, foram mapeadas as atribuições que devem ser realizadas pela equipe da Escola de Contas antes, durante e depois das capacitações e cursos. Ficou definido que as equipes não serão fixas para todos os eventos, o rodízio de atribuições é fomentado visando o aprendizado de todas as funções pela equipe da ECPCJAM.

Além disso, estruturou-se um modelo de avaliação a ser realizado após os eventos pela equipe que participou da organização e execução. Essa avaliação objetiva a construção de um guia de lições aprendidas para que os acertos ocorridos na realização de alguma ação possam ser replicados para os demais cursos e capacitações, assim como para levantar os erros que aconteceram e minimizar as possibilidades que eles ocorram novamente.

Os dois arquivos (“lições aprendidas” e “designação de atribuições pontuais dos eventos digitais da Escola de Contas”) estão disponibilizados no anexo deste relatório.

7.8 Da instituição de reuniões integrativas e informativas com a equipe da Escola de Contas

Em 16 de abril de 2021, foi instituída a reunião informativa semanal com participação de toda equipe da ECPCJAM. A reunião tem previsão de duração de uma hora e cada colaborador pode, durante seu tempo de cinco minutos, falar dos projetos/ações que realizou naquela semana. É incentivado que os colaboradores compartilhem o que está previsto para a próxima semana e solicitem ajuda dos membros da Escola de Contas, quando necessário. Essa prática dissemina as informações entre os colaboradores da instituição e estimula o trabalho coletivo.



8. Ações referentes às atividades fins e práticas adotadas

18

8.1 Da participação da reunião de formação do planejamento estratégico do Tribunal de Contas de Alagoas

Em 21 de maio do ano em curso, (fotografias em anexo), momento em que fora destacado a título de “força” na estrutura do TCE-AL a maior participação da Escola de Contas, ao passo que restaram suscitadas as seguintes demandas para a Escola: apoio na formação da jurisprudência, como também na logística de atuação do biblioteca do TCE e a realização de curso para as diretorias finalísticas do TCE, medidas as quais (todas) já estão em execução pela ECPCJAM.

8.2 Ações voltadas para a jurisprudência do TCE-AL

Em consonância com a demanda apresentada durante a reunião de formação do planejamento estratégico do Tribunal de Contas, em 21 de maio do ano em curso e por meio do apoio técnico de membros do Comitê de Jurisprudência, Súmula e Processo do Instituto Rui Barbosa, foram desenvolvidas ações envolvendo reuniões, pesquisas e oficinas internas de ementas, conforme padrões recomendados pelo IRB para a adoção de práticas que visem a instituir padrões técnicos, metodológicos e regulamentares de elaboração e divulgação das decisões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Essas ações contaram com a participação das equipes da biblioteca e da Diretoria de Tecnologia e Informática do TCE (fotografia em anexo).

Em caráter de cooperação da ECPCJAM, foi elaborada e já finalizada **a minuta de ato normativo** com o objetivo de uniformização das ementas dos julgados do TCE-AL, como forma de sugestão de primeira prática de execução aludida finalidade.

Também foi estruturado plano de ação para a realização de minicursos direcionados aos assessores – de modo especial, assessores jurídicos - do Tribunal de Contas de Alagoas, tratando sobre a elaboração e a padronização de ementas dos julgados, bem como de noções de precedentes decisórios.



Tais medidas são passíveis de pontuação no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas e no programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas - MDC-QATC, da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).

A título de estratégia de cooperação em algumas das atividades constantes no respectivo plano de ação, iniciaram-se conversações com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas e com a Associação dos Procuradores de Municípios do Estado de Alagoas - APROMAL (foto em anexo).

8.3 Da estruturação da minuta do Código de Ética do TCE-AL

Como forma de fortalecimento da campanha ética promovida em parceria com diversas instituições do setor público do estado de Alagoas (fotografias em anexo) e visando a suprir uma lacuna normativa até então existente, a ECPCJAM elaborou a minuta do Código de Ética dos Servidores do TCE-AL, isto tendo como base o fato de que compete à Escola de Contas do TCE-AL, nos moldes do artigo 3º, da lei de sua criação, promover a formação e o aperfeiçoamento profissional, com atividades de desenvolvimento técnico nas áreas de atuação da Corte.

A iniciativa levou em consideração o fato de que, para além das qualificações técnicas específicas e observância às normas legais, o exercício profissional requer uma conduta pautada em valores como boa-fé, lealdade e no constante aprimoramento de princípios éticos, em perspectiva sintonia com a finalidade social a que se destina. E, nesse particular, afigura-se diferenciado o nível de exigência de padrões qualitativos de conduta no tocante aos que ocupam cargos e funções nos Tribunais de Contas.

8.4 Das tratativas para implementação de biblioteca virtual no TCE

Em ação conjunta com as equipes da biblioteca e da Diretoria de Tecnologia e Informática do TCE, foram realizadas as medidas iniciais para implementação da biblioteca virtual no TCE-AL, por meio de reuniões, pesquisas de modelos adotados em órgãos públicos, tratativas com outras Escolas de Tribunais (fotografia em anexo).



8.5 Participação no acompanhamento de metas e diagnósticos do Indicador de Permanência Escolar instituído pelo IRB

20

Em referência ao Informe CTE/IRB nº 013/2021, do Instituto Rui Barbosa, que trata da cooperação e atuação conjunta dos Tribunais de Contas brasileiros com o objetivo de mapear a permanência dos estudantes nas redes municipais e estaduais durante o período da pandemia, por meio da criação do Indicador de Permanência Escolar, a título de cooperação institucional, a ECPCJAM indicou a sua Coordenadora Pedagógica **Gisete de Lima Oliveira** para participar do levantamento de informações necessárias à implementação do referido indicador, medida que foi acatada pelo TCE-AL.

Tal recomendação decorre do fato de que o propósito em comento envolve redes de ensino públicas e, conforme elencado do mencionado Informe: *“resultará em sistematização das respostas que contribuirá para 1) diagnosticar situações críticas, que podem servir de subsídio para a atuação dos respectivos TCs no tema, e 2) proporcionar um panorama da situação de permanência escolar no país”*.

8.6 Da elaboração de textos de vídeos

Em caso de mensagens de chamadas para eventos e divulgação de campanhas promovidos pela ECPCJAM, a serem veiculadas pela TV Cidadã, adotou-se a prática de formatação de textos curtos, de caráter técnico e explicativo da respectiva ação, em linguagem simples, a serem encaminhadas para a equipe do setor de comunicação do TCE.

8.7 Do apoio logístico e da participação em cursos do TCE

A Escola de Contas apoiou a logística e a formatação do plano de ação do processo administrativo para a participação dos servidores das diretorias finalísticas do TCE-AL no curso “LDO - Anexo de Metas Fiscais” com enfoque no Controle Externo, com a participação da Assessora Contábil Patrícia Calado Costa e da Diretora Técnica Adjunta Maria Raquel Firmino Ramos. O curso ocorreu entre 10 a 14 de maio de 2021 e teve como instrutor o professor Paulo Feijó.



9. Próximos passos - terceiro trimestre de 2021

21

Para além das deliberações de metas que ocorrerão nas reuniões a serem realizadas no início do mês de julho/2021, convém apresentar algumas prospecções de eventos e ações já alinhadas para o próximo semestre:

1. Realizar um diagnóstico nas diretorias do TCE/AL sobre os níveis de efetividade do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM de engajamento dos gestores em prestar as informações correspondentes àquele; No mesmo plano de ação, organizar uma série com três vídeos curtos, de caráter informativo e um curso com oito horas, com emissão de certificado, tratando da importância do IEGM, com o intuito de estimular os gestores a se esforçar na implantação dos processos que são objetos dos questionários, de modo que os insumos (recursos financeiros, físicos e humanos), auxiliem na produção de resultados das respectivas políticas públicas, visando, por fim, o desenvolvimento socioeconômico da sua população.
2. Traçar estratégias com a finalidade de tratar de assuntos relacionados à qualidade de vida e às perspectivas de melhorias nas circunstâncias de trabalho dos servidores do Tribunal de Contas de Alagoas, bem como das condições técnicas destes mediante visitas técnicas aos setores, elaboração de questionários (diagnóstico interno);
3. Traçar estratégias com a finalidade de tratar de assuntos relacionados à efetividade e ao caráter contributivo das ações do Tribunal de Contas em relação aos municípios alagoanos, bem como das condições técnicas destes sobre a implementação de políticas públicas e ao cumprimento de metas que são objetos de auditoria pelo TCE (diagnóstico externo);
4. Promover capacitação sobre a aplicação da lei de liberdade econômica (lei nº 13. 874/2019), com ênfase no projeto “Cidade Empreendedora”, de autoria do SEBRAE, a ser realizada em formato de workshop, com duração de até três horas, durante três dias, com infraestrutura e transmissão pela ECPCJAM, na página do *youtube*, com emissão de certificado, bem como com a divulgação de vídeos curtos nas mídias sociais da Escola;



5. Mediante uma série de aulas e oficinas, promover o segundo módulo da capacitação para a aplicação da nova lei de licitações (lei nº 14.133/2021), tecendo comparativos com as leis revogadas por esta; evento com infraestrutura e transmissão pela Escola de Contas do TCE-AL, na página do *youtube*, abordando temas conforme plano de ensino que compõe este plano de ação;
6. Organizar evento (em formato a definir) e/ou vídeos instrutivos, que visem incentivar o debate sobre a formatação das parcerias público-privadas, dando-se ênfase às adequações de políticas públicas implementadas mediante estas, bem como aos seus aspectos gerenciais, a eventual promoção de melhorias nas práticas de governança, voltadas para a responsabilidade corporativa, a prestação de contas, a transparência e a equidade distributiva dos resultados e debater sobre as leis de concessões de serviços públicos e normas afins, bem como acerca de fatores para além das questões técnicas ligadas a licenças e interconexões, numa visão de estado gerencial, tendo como objetivo a regulação, a organização, e a supervisão das atividades, por meio de alternativas de atuação, sobretudo quanto à viabilidade política e ao controle do déficit fiscal, com expressiva repercussão na sociedade;
7. Plano de ação permanente de capacitação no tocante às normas que regem a atuação do TCE-AL, conforme as competências de cada diretoria;
8. Plano de ação permanente de capacitação em redação oficial para os colaboradores da ECPCJAM e para os servidores do TCE-AL;
9. Prosseguimento das ações relacionadas ao plano permanente de implementação de medidas de otimização da jurisprudência do TCE-AL;
10. Prosseguimento das ações relacionadas ao plano permanente de implementação de medidas de otimização da biblioteca virtual do TCE-AL;
11. Formalização do termo de adesão ao acordo de cooperação celebrados entre o TCE-AL e o SEBRAE, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON e do termo de adesão ao acordo de cooperação firmado entre o TCE-AL e a Associação dos Municípios Alagoanos - AMA;
12. Formalização dos termos de cooperação entre a ECPCJAM e a OAB/AL e a APROMAL;



13. Reuniões para estruturação do planejamento estratégico da ECPCJAM;
14. Dar prosseguimento às ações voltadas aos estudos e à implementação da Lei nº 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados – LGPD) no TCE-AL;
15. Realizar evento (Encontro ou Fórum) acerca do Plano Nacional de Alimentação Escolar com a participação das unidades representativas de todos os níveis de governo – federal, estadual e municipal com o objetivo de instruir os gestores e servidores da ponta acerca da legislação do PNAE.
16. Celebrar termo de cooperação com o Conselho Regional de Nutrição - CRN visando a estabelecer um mecanismo de ação conjunta eficiente de fiscalização, orientação, treinamento e formação de forma a assegurar o cumprimento, pelos entes e órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta e indireta, das normas relativas à alimentação e à nutrição segura e adequada, referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
17. Estruturar plano de ação visando à otimização do Projeto Político Pedagógico, a fim que seja fruto de sucessivos debates da comunidade escolar, que seu conteúdo seja revisado a cada semestre, de modo a realizar possíveis adequações nos métodos de execução e de torná-lo acessível;
18. Estruturar Banco de Talentos dos funcionários do TCE para participarem como instrutores da Escola de Contas;
19. Executar plano de ação referente a curso de análise de prestação de contas de gestão de governo;
20. Realizar o Curso Análise de Prestação de Contas de Gestão e de Governo voltado para os servidores das Diretorias Técnicas do TCE/AL, cuja finalidade é atualizar os recursos humanos, por meio de um curso intensivo, com duração de uma semana, com conteúdo abrangente entre teoria e prática sob a perspectiva do Controle Externo;
21. Lançar a Cartilha Emenda Constitucional 109/2021 e seus impactos na responsabilidade fiscal dos entes subnacionais, representando mais uma edição compilada e de fácil acesso para o conhecimento das medidas fiscais para o enfrentamento da pandemia;



22. Continuar tratativas referentes ao levantamento das informações que irão compor a Carta de Serviços do TCE.

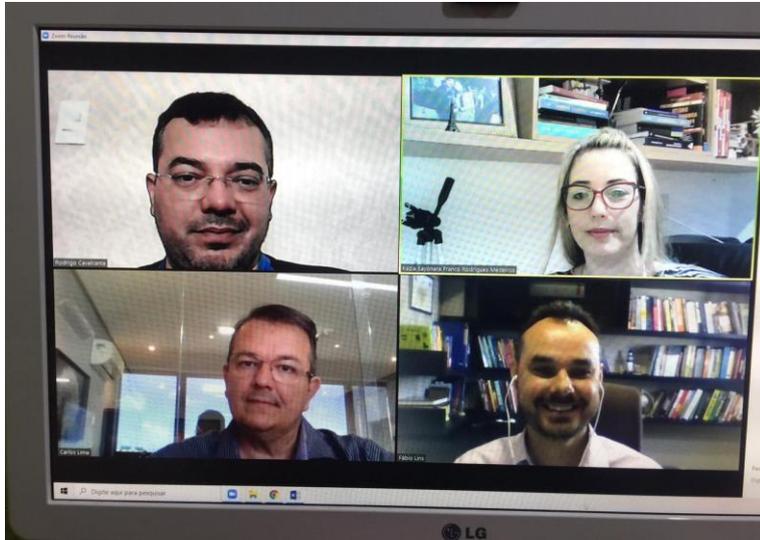


Anexos

25

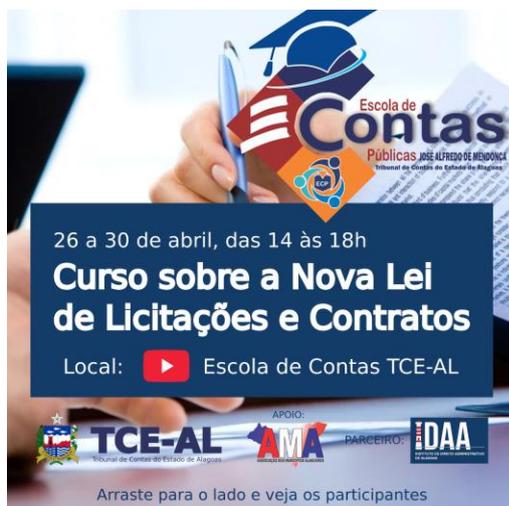
- **Curso/evento realizado: Nova Lei de Licitações e Contratos (26 a 30 de abril de 2021)**

Reunião realizada, em 09 de abril, entre a Escola de Contas e o Instituto de Direito Administrativo de Alagoas-IDAA @institutodireitoadm.al, representado por seu Presidente, Fábio Lins, e Diretor Acadêmico, Carlos Lima, para realização de Curso sobre a nova Lei de Licitações.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CNc1u6VLNuA/>

Materiais de divulgação e evidências de realização do curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos ocorrido em 26 a 30 de abril de 2021.



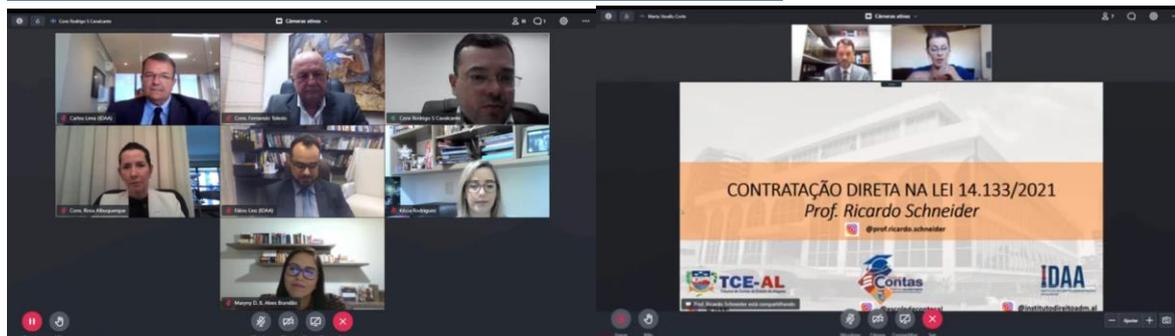


<p>MARYNY ALVES BRANDÃO</p>  <p>Princípios gerais, importância do planejamento na administração pública e posicionamentos gerais sobre a nova lei!</p> <p>26 de abril 14h às 18h</p> <p>Advogada, Professora da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL campus I, Mestre pela UNEAL, Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET, Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos - NEPPDH.</p>	<p>RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES</p>  <p>Contratação Direta</p> <p>27 de abril 14h às 18h</p> <p>Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Sócio fundador/idealizador e Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA, Professor de Direito do Centro Universitário CESMAC (Graduação, Especialização e Mestrado), Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas.</p>	<p>FLÁVIA CAROLINE FONSECA AMORIM</p>  <p>A importância da elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência - estruturação com estudos de caso</p> <p>28 de abril 14h às 18h</p> <p>Professora de Direito Administrativo, Esp., Processo, Coordenadora de Licitações do TRT Alagoas, Sócia efetiva do IDAA, Palestrante, Instrutora e Consultora de Licitações e Contratos Administrativos.</p>
---	---	--

<p>MARÇAL ARANHA FALCÃO</p>  <p>Contratos e sanções</p> <p>29 de abril 14h às 18h</p> <p>Mestrando em Direito Público - UFAL, Assessor Jurídico no TCE/AL, Advogado, Especialista em licitações e contratos administrativos, Ex-Presidente da Comissão de Obras e Serviços de Engenharia de Maceió, Sócio efetivo do IDAA.</p>	<p>STELLA MÉRO CAVALCANTE</p>  <p>O que mudou na atuação dos Tribunais de Contas com a nova lei de licitações?</p> <p>30 de abril 14h às 18h</p> <p>Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas.</p>
---	--

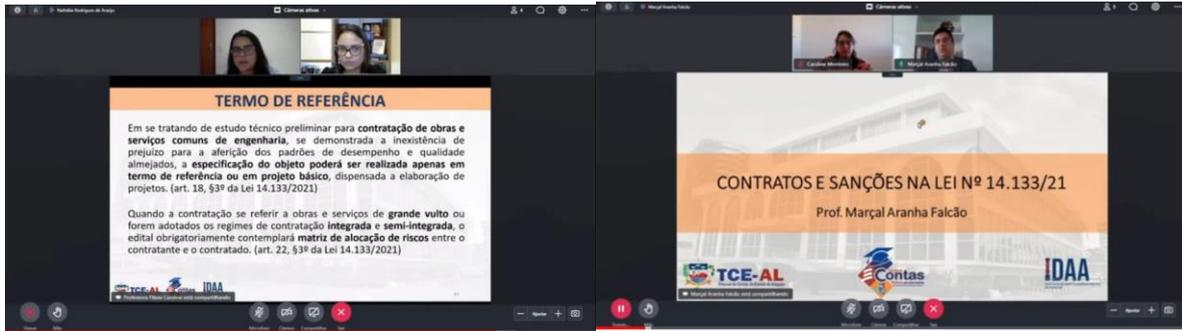
MESA VIRTUAL

 <p>Otávio Lessa Conselheiro do TCE-AL Presidente do TCE-AL</p>	 <p>Kátia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros Diretora Técnica da Escola de Contas do TCE-AL, Advogada Especialista em Direito Público Especializando em Gestão Pública.</p>
 <p>Rodrigo Siqueira Cavalcante Conselheiro do TCE-AL Diretor-geral da Escola do TCE-AL</p>	 <p>Hugo Wanderley Presidente da Associação dos Municípios Alagoanos - AMA</p>
 <p>Fernando Toledo Conselheiro do TCE-AL Vice-presidente do TCE-AL</p>	 <p>Fábio Lins de Lessa Carvalho Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas- IDAA, Doutor em Direito, Procurador do Estado de Alagoas, Professor da UFAL.</p>
 <p>Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque Conselheira do TCE-AL Ouvidora do TCE-AL</p>	 <p>Carlos Lima Marques Diretor Acadêmico do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas- IDAA, Assessor da Procuradoria Jurídica do TCE, Consultor em Licitações e Contratos.</p>
 <p>Maria Cleide Costa Beserra Conselheira do TCE-AL Corregedora do TCE-AL</p>	



#1 - Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos

✓ #2 - Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos



#3 - Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos

#4 - Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos



#5 - Curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos

Fontes: https://www.instagram.com/p/CN_FUsCLsC1/; <https://www.instagram.com/p/COJXp4hro4G/>; <https://www.instagram.com/p/COMDFf4rEfX/>; <https://www.instagram.com/p/COOeI01r8OJ/>; <https://www.instagram.com/p/CORDDILLFJq/>; <https://www.instagram.com/p/COTx-xHL90A/>; <https://www.youtube.com/watch?v=xnW1i7qVVoo&t=218s>; <https://www.youtube.com/watch?v=iKIfbMsrPD0&t=36s>; <https://www.youtube.com/watch?v=ixEYmtNyRU&t=25s>; <https://www.youtube.com/watch?v=RcLrjwpLDmg&t=29s>; e, <https://www.youtube.com/watch?v=0fZt3mCFjM&t=294s>.

- **Curso/evento realizado: Semana de Valorização da Ética (03 a 07 de maio de 2021) e Campanha “ÉTICA FORTE, SETOR PÚBLICO VALORIZADO!”**

Reuniões prévias com autoridades para a engajamento da Campanha:

29 de abril: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Alagoas, Nivaldo Barbosa:



Fonte: https://www.instagram.com/p/COaM9bOrw_E/

30 de abril: Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador Marcelo Vieira



Fonte: <https://www.instagram.com/p/COaN7DwrsmX/>

30 de abril: Controladora-Geral do Estado de Alagoas, Maria Clara Bugarim



Fonte: <https://www.instagram.com/p/COaPYBCLJ2E/>



3 de maio: Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Desembargador Klever Loureiro.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CObMdr7L-ve/>

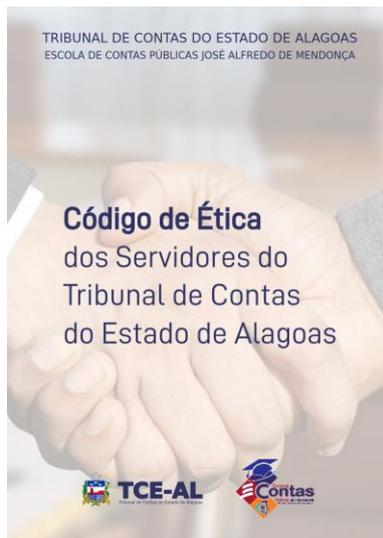
4 de maio: Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Otávio Praxedes.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/COdIWuXrGiW/>

Apresentação da minuta do Código de ética dos Servidores do TCE/AL ao Presidente - 03 de maio:





Fonte: <https://www.instagram.com/p/COa3k8grEGx/>

Publicações do “Escola Recomenda” referente a ética - 04 de maio:



Fonte: <https://www.instagram.com/p/COczLPLG2g/>; e, <https://www.instagram.com/p/COc2jWURPs/>.

Vídeo Institucional “Minuto do Presidente” produzido pela Diretoria de Comunicação sobre a Semana da Ética no TC/AL - 05 de maio:



Fontes: <https://www.instagram.com/p/COdUMupArmQ/>; <https://www.instagram.com/p/COfsLsZgsgR/>; e, <https://www.instagram.com/p/COsI8RSAjA0/>.



Mesa Virtual “ O Papel da ética na Credibilidade do Setor Público” - 06 de maio:

PROGRAMAÇÃO



SEMANA DE VALORIZAÇÃO DA ÉTICA
 "Ética forte, setor público valorizado!"

06/05 - 10h
 Mesa Virtual “O Papel da Ética na Credibilidade do Setor Público” (Youtube da Escola de Contas)

Veja os temas e participantes →

MESA VIRTUAL

Mediador:
André Grajeda: Juiz Federal, Diretor do Foro Federal de Alagoas, Ex-condelegado eleitoral, Ex-procurador da Fazenda Nacional, Ex-procurador do Estado de Sergipe e Professor.

Périck Brandão: Médico, Membro da Comissão Nacional de Humanidades do CFM, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Ex-prefeito de Viçosa-AL (2005-2008).
Subtema: A ética ao pé de letra

Francisco Noronha: Juiz do Trabalho, Professor Universitário, Professor da Escola Judicial do TST da 1ª Região (Alagoas), Mestre em Gestão de Empresas, Especialista em Direito Constitucional do Trabalho, Autor de diversos artigos publicados em livros e periódicos jurídicos.
Subtema: A ética do servir

Manoel Bernardino: Professor da Faculdade CESMAG do Agreste, Servidor Público Federal, Mestre em Direito Público (UFAL), Advogado.
Subtema: Administração Pública e bem comum: breves anotações de filosofia do direito

Rodrigo Miranda: Assessor Especial de Ética e Compliance na SPPZ Alagoas, Especialista em Compliance Público, Especialista em Gerenciamento de Projetos e Professor universitário.
Subtema: Os desafios do compliance no setor público

Fábio Lins de Lessa Carvalho

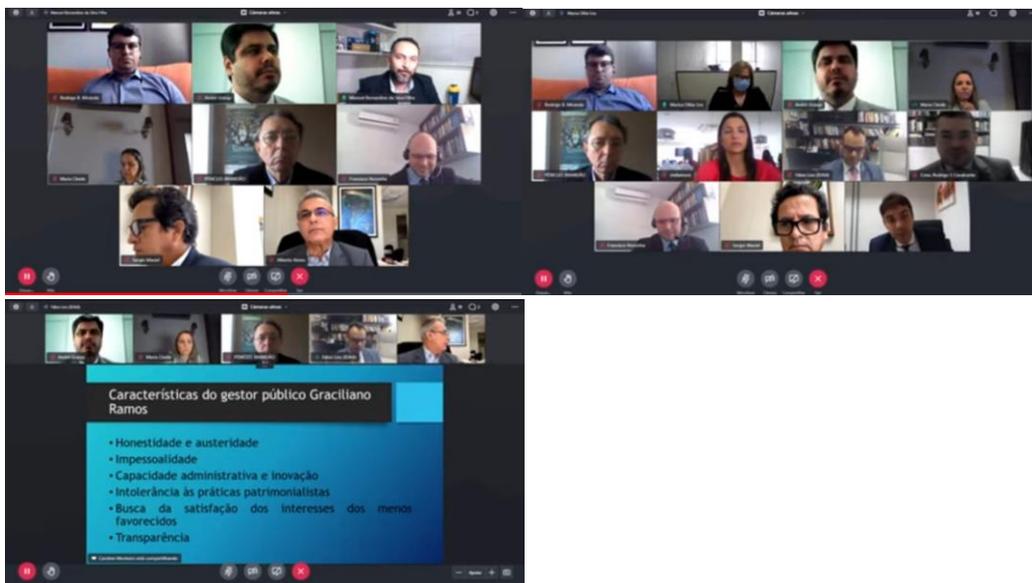


"A ética pública a partir da atuação de Graciliano Ramos como gestor público".

Doutor em Direito Administrativo pela Universidad de Salamanca (Espanha), Mestre em Direito Público pela UFPE, Professor da UFAL e do Cesmac, Procurador do Estado de Alagoas, Diretor Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas (IDAA) e autor de vários livros, dentre eles Graciliano Ramos e a administração pública.







Fontes: <https://www.instagram.com/p/COd66-erBiR/>; <https://www.instagram.com/p/COi2N5NL8KQ/>; e, <https://www.youtube.com/watch?v=fu6RTHIKOPo>

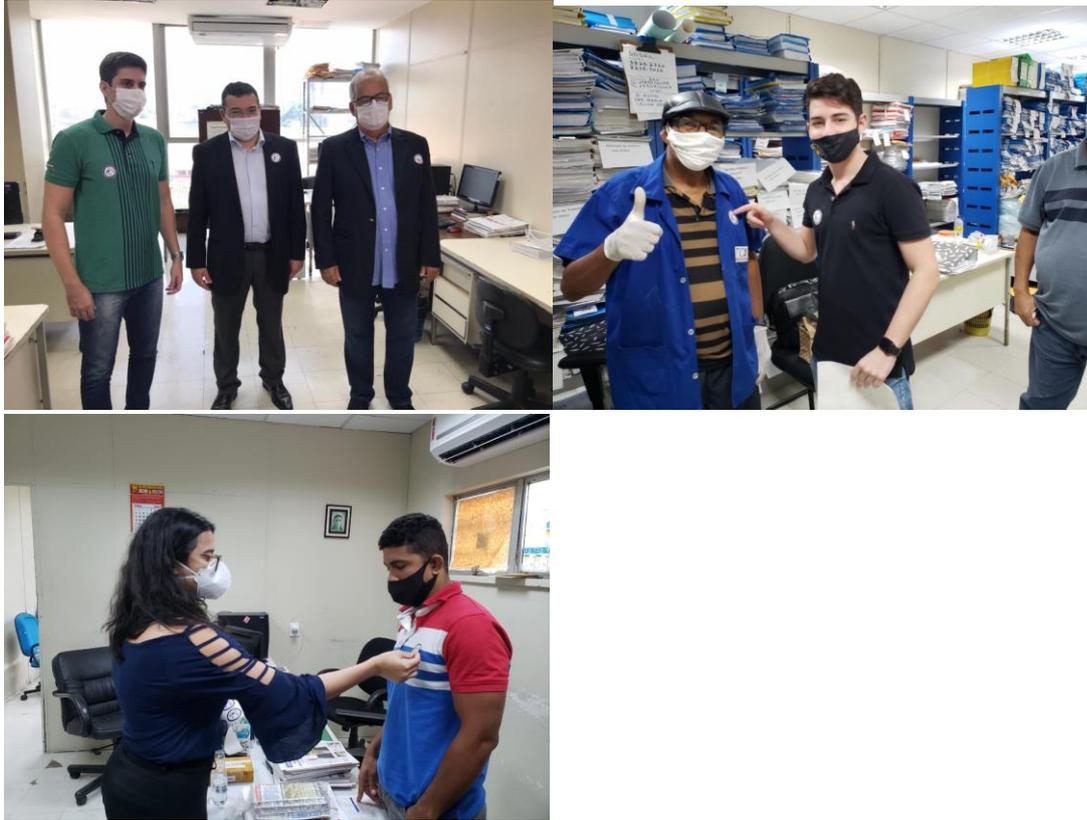
Adesivação do TCE e distribuição de bottons - 7 e 11 de maio:





ESTADO DE ALAGOAS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA





Fontes: <https://www.instagram.com/p/COIHwRxL9vJ/>; e, <https://www.instagram.com/p/COvkNfILpE/>.

Mensagem do Diretor-Geral do Tribunal de Contas de Alagoas em alusão à semana de valorização da ética - 10 de maio:



Fonte: <https://www.instagram.com/escoladecontasal/>



Banner da Campanha instalado no TCE/AL - 12 de maio:

34



A Campanha “Ética Forte, Setor Público Valorizado” foi lançada em ônibus de Maceió - 14 de junho:

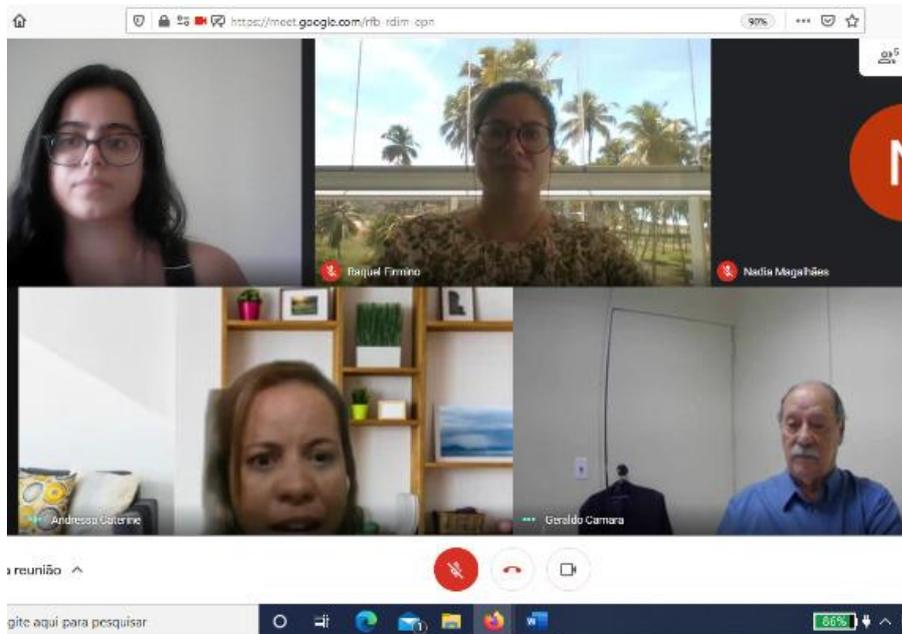




- **Curso/evento realizado: Treinamento para o SICAP WEB. (04 a 07 de maio de 2021)**

35

Reunião realizada entre a Escola de Contas, a Diretoria de Comunicação e a Diretoria de Tecnologia e Informática do TCE/AL, para definição de curso SICAP-WEB - 07 de abril de 2021



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CNYCMgHLAPS/>

Divulgação e realização do treinamento para o SICAP WEB

ATENÇÃO AO TREINAMENTO DO TCE/AL

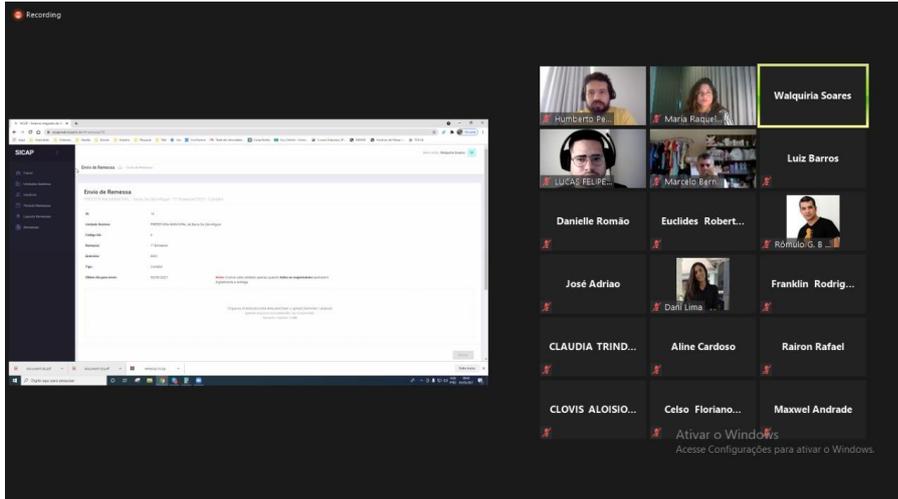
O SICAP agora é SICAP-WEB

Muito mais moderno, os jurisdicionados poderão inserir informações no SICAP via web de qualquer lugar.

Gestores, controladores, contadores e demais responsáveis cadastrados no CARDUG inscrevam-se nos treinamentos.

Cursos na primeira semana de maio.

Inscrições até 30 de abril pelo site: www.sympla.com.br/tce-al



Fontes: <https://www.instagram.com/p/COfixTPrFEe/>; <https://www.instagram.com/p/COAtuK5LwpP/>; e, <https://www.youtube.com/watch?v=jHCgX-EK0J8&t=1703s>

- **Curso/evento realizado: Compensação Previdenciária (18 a 19 de maio de 2021)**





CURSO ONLINE
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
A intenção do curso é esclarecer todas as dúvidas sobre a compensação previdenciária, **comum em todos os municípios que possuem RPPS.**

MÓDULOS DO CURSO

- 1 Normas Aplicáveis, Conceitos e Prazos | Jorival França
- 2 Requisitos que antecedem à Compensação Previdenciária | Michele Araújo
- 3 Atos Concessivos de Aposentadorias e Pensões | Michele Araújo
- 4 Importância da compensação previdenciária para os RPPS | Michele Araújo
- 5 Celebração do Convênio, exigências, instalação e cadastro | Jorival França
- 6 Sistema COMPREV – Operacionalização e passo a passo | Jorival França

MICHELE ARAÚJO
Advogada, especialista em Direito Previdenciário, Direito Público e Direito Processual. **Diretora de Movimentação de Pessoal** do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

JORIVAL FRANÇA
Advogado com especialização em Gestão Pública. É **consultor da AMA** e presta assessoria a diversos RPPSs.

Inscrições **GRATUITAS** no amacursos.com.br

Dois encontros ONLINE
Terça (18/05) e quarta (19/05)
Horário: 14h às 18h

Todo o curso será transmitido pelo Youtube da AMA

Fontes: <https://www.instagram.com/p/COTbluSrIG5/>; e, https://www.instagram.com/p/CPB_Q_br_Gd/.

- **Curso/evento realizado: Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas. (09 a 11 de junho de 2021)**

Reunião acerca de parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Escola de Contas Públicas - 24 de maio.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CPTm3XKrCwp/>



Divulgação e realização do curso Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas.

CURSO
GESTÃO FINANCEIRA NA ESCOLA
Prestação de Contas

De 9 a 11/06, das 9h às 11h
 No canal da Escola de Contas no **YouTube**

TCE-AL **Contas** **ALAGOAS** **Instituto Rui Barbosa**

Inscrições no site da Escola de Contas do TCE-AL



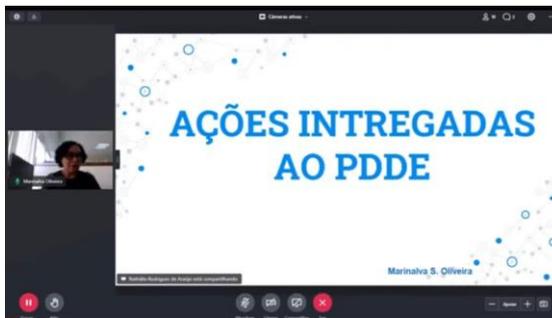
Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas
 137 assistindo agora • Transmissão iniciada há 17 minutos



#2 Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas



#2 Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas



#3 Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas



#3 Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas



#3 Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas

#3 Gestão Financeira na Escola: Prestação de Contas

Fontes: <https://www.instagram.com/p/CP3-ahqrbjz/>; <https://www.instagram.com/p/CP6S-F1rR6g/>;
<https://www.instagram.com/p/CP8XE1r5Da/>; https://www.instagram.com/p/CP_GY8DrVgD/;
<https://www.youtube.com/watch?v=p3S8VpmosHI&t=191s>;
https://www.youtube.com/watch?v=IRfLvt_NhCU&t=70s;
<https://www.youtube.com/watch?v=OayaqYxzzfM&t=24s>.

- **Curso/evento realizado: Lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção em Alagoas. (16 de junho de 2021)**



LANÇAMENTO DO "PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (PNPC)"

LANÇAMENTO DO "PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (PNPC)"



LANÇAMENTO DO "PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (PNPC)"



Fontes: <https://www.instagram.com/p/CQKGF0mLo1a/>; <https://www.instagram.com/p/COMASB6rXSR/>; <https://www.youtube.com/watch?v=cUS4-p2zFrA&t=7s>.

● Escola de Contas Recomenda.





- **Lançamento da Cartilha “Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus”: Principais medidas estabelecidas na Lei Complementar nº 173/2020. (19 de abril de 2021)**

42



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CN515uILW73/>; <https://www.instagram.com/p/CN3c-j5rmZ1/>; e, <https://www.tceal.tc.br/view/documentos/doc20042021223605000000607f57553b876.pdf>.

- **Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Escola de Contas do TCE/AL e o Instituto de Direito Administrativo de Alagoas. (24 de abril de 2021)**

Na foto, o Diretor Geral da Escola de Contas Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, a Diretora Técnica da Escola de Contas Kézia Rodrigues, o Diretor Presidente do IDAA Fábio Lins e o Diretor Acadêmico do IDAA Carlos Roberto Lima.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/COIjwKfreAx/>



- **Assinatura do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Escola de Contas do Estado de Alagoas, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas (25 de maio de 2021)**

43

Reunião de assinatura do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Escola de Contas do Estado de Alagoas, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas, com o objetivo de realizar intercâmbio de informações e cooperação técnico-científica. Estiveram presentes na reunião o Presidente do TCE/AL, Conselheiro Otávio Lessa; o Diretor-Geral da ECPCJAM, Conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, bem como, a Diretora Técnica, Kézia Rodrigues, e a Diretora Adjunta, Raquel Firmino; o Presidente do TRE/AL, Desembargador Otávio Praxedes; o Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, juiz Hélio Pinheiro; o Curador do Centro de Cultura, juiz Claudemiro Avelino; e a Coordenadora do Centro Cultural e Memória do Poder Judiciário de Alagoas, Irina Costa. Ainda, na oportunidade, houve a instituição da Comissão Especial destinada à criação do Memorial do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, coordenada pelo Conselheiro aposentado, Dr. José Melo Gomes, e composta pelos servidores do TCE/AL Michele Rodrigues, Geraldo Câmara, Maria Salete Tavares, Sidilene Costa, Lídia Machado e Marisa Lira.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CPTnDYCLYw2/>



- **Formato de documento idealizado e adotado para fins de declaração de prestação de serviços GRATUITOS para a ECPCJAM, em decorrência da adesão ao Instituto Rui Barbosa**



DECLARAÇÃO

Eu, **Kézia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros**, alagoana, casada, advogada, portadora do CPF com o nº _____ RG com o nº _____, na condição de ocupante do cargo de **Diretora Técnica da Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas**, inscrita na matrícula de nº 78302-1, DECLARO, para os devidos fins, que, conforme solicitação realizada mediante o Ofício nº 59/2021-GP – TCE-AL, com base no Acordo de Cooperação nº 002/2017, celebrado entre o TCE-AL e o Instituto Rui Barbosa, o FNDE e a ATRICON, cuja prorrogação fora disponibilizada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 13 de abril de 2021, outrossim, à luz dos artigos 2º, I e 4º, III² do Estatuto do IRB e considerando a devida quitação da cota anual de contribuição, nos termos do artigo 5º, IV³ do mencionado Estatuto, **FORAM DEVIDAMENTE PRESTADOS pelo Senhor Leomir Ferreira de Araújo, ocupante do cargo de Coordenador de Operacionalização do FNDE, os serviços de MINISTRAÇÃO DE PALESTRA E REPASSE DE MATERIAL DIDÁTICO, CONSUBSTANCIADOS NO TOTAL DE TRÊS HORAS, no Curso “GESTÃO FINANCEIRA NA ESCOLA – Prestação de Contas”, realizado no período compreendido entre 9 a 11 de junho deste ano e transmitido pela plataforma youtube, no canal: “Escola de Contas TCE-AL”, especificamente pelo link <https://youtu.be/b35BjmosHJ>, cujo teor permanece disponibilizado**, tudo isso de acordo com os termos/cláusulas constantes na Ordem de Compra nº ____/21, devidamente descritos na Ordem de Compra/Contratação IRB sob nº ____/2021, na qual consta a título de justificativa o seguinte teor:

Prestação de Contas referente ao Programa de Repasse Financeiro às Escolas, que foi criado pela Lei Estadual nº 6.398/2003, este que é semelhante ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.
 A consolidação desse curso faz parte do plano de ação estruturado pela Escola de Contas Conselheiro José Alfredo de Mendonça com a finalidade de atender à demanda da Secretaria de Estado da Educação, cujo objetivo é ensinar sobre cada uma das etapas que envolve o referido gasto público, que vai desde a estruturação do plano de aplicação dos recursos, incluindo a ata e a consolidação das pesquisas de

¹ Art. 2º As atividades do IRB possuem caráter técnico, pedagógico, científico e cultural, com as seguintes finalidades:
 [...] II – promover e incentivar a realização de congressos, seminários, fóruns, conferências, encontros, grupos de estudos e outros eventos de natureza similar relacionados aos controles externo e interno e ofertar cursos de capacitação nas modalidades presencial e à distância.
² Art. 4º Constituem direitos dos associados do IRB:
 [...] III – beneficiar-se dos serviços prestados pelo IRB [...].
³ Art. 5º Constituem deveres dos associados do IRB:
 [...] IV – pagar as cotas anuais de contribuição até o terceiro mês de cada ano civil, em se tratando membros titulares
 Instituto Rui Barbosa – IRB – Sede: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas
 Praça Nossa Senhora de Salette – S/N – Centro Cívico – Curitiba – Paraná – CEP: 80.530-910 – FONE: 41 3350-1875



preço, a ordem de compra, a parecer do conselho, até o demonstrativo da execução da receita e da despesa e de pagamentos efetuados.
 Tendo como o principal objetivo do curso o caráter preventivo no tocante às atividades de fiscalização desenvolvidas pelo Tribunal de Contas.

Por ser verdade, assino digitalmente o presente documento, consolidado em duas páginas, de teor complementar, para que se cumpram os seus efeitos normativos administrativos, legais e constitucionais.

Maceió-Alagoas, 25 de junho de 2021.
 KÉZIA SAYONARA FRANCO RODRIGUES
 Diretora Técnica

- **Reunião para execução de fases do plano de ação referente à jurisprudência do TCE-AL**



Fonte: Registro interno

- **Modelo do formulário “Lições aprendidas”**

Link para acesso ao formulário:

<https://drive.google.com/file/d/1oln30ImGzWOSRhRe7V7VbLHd9kikYc4a/view?usp=sharing>

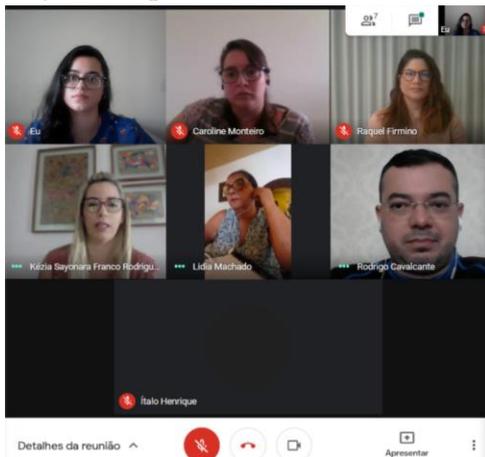
- **Modelo do formulário “Designação de atribuições pontuais dos eventos digitais da Escola de Contas”**

Link para acesso ao formulário:

<https://drive.google.com/file/d/1Punx-MNzvtvQ426p0J6D9Rz3UtXYWSdkP/view?usp=sharing>

- **Reuniões integrativas e informativas com a equipe da Escola de Contas**

Registro da primeira reunião informativa ocorrida em 16 de abril de 2021.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CNu0HjurTUZ/>

- **Participação da ECPCJAM na estruturação do planejamento estratégico do TCE-AL**



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CPJdLcYLm8Z/>

- **Estruturação do Plano de Ensino referente ao 2º módulo do curso da Nova Lei de Licitações em parceria com o IDAA**



Fonte: Registro interno

- **Reunião realizada entre a Escola de Contas e a Diretoria Geral do Tribunal de Contas para tratar de novos cursos de capacitação para suas Diretorias. O objetivo é estabelecer uma dinâmica de qualificação, tornando como prática constante o aperfeiçoamento das atividades fins do Tribunal - 28 de maio.**



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CPa0zHfrrvS/>

- **Participação no evento Escolas do Legislativo: Projeto Político-Pedagógico pós-pandemia, promovido pela Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas - 27 de abril.**

47



Fonte: <https://www.instagram.com/p/COvaoTfL0j5/>

- **Participação no curso LDO - Anexo de Metas Fiscais**



Fonte: Registro interno